



P N
U D



Documento Programa do País 2023-2027

São Tomé and Príncipe

Documento Programa do País



São Tomé e Príncipe
2023-2027



**Conselho Executivo do Board of the
Programa das Nações Unidas para o
Desenvolvimento, do Fundo das Nações Unidas para
a População e do Gabinete das Nações Unidas para
os Serviços de Apoio aos Projectos**

CONTEÚDO

I. PNUD no âmbito do Quadro de Cooperação das Nações Unidas	9
II. Prioridades e parcerias do programa.....	14
III. Programa e gestão de riscos	22
IV. Seguimento e Avaliação	25

Anexo

Quadro de resultados e recursos	26
---------------------------------------	----



Lista de Acrónimos e abreviações

PNUD- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

BAD - Banco Africano para o Desenvolvimento

UNSDCF - Quadro de Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas

PEID - Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento

PNDS - Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável 2020-

2024 PNARME -Plano Nacional de Resiliência Socioeconómica e Mitigação contra a COVID-19

ODS- Objectivo de Desenvolvimento Sustentável

ICPE - Avaliação Independente do Programa Nacional

UNDS -

MS - Ministério da Saúde

FMS - Fundo Mundial para a Saúde

VIH - vírus da imunodeficiência humana (VIH)/

OMS - Organização Mundial de Saúde

Unicef - Fundo das Nações Unidas para a Infância

DNT - Doenças não transmissíveis

DHISII

GEF - Fundo para o Ambiente Global

FAO -

OIT - Organização Internacional do Trabalho (OIT),

PAM - Programa Alimentar Mundial

FIDA - Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola

UE - União Europeia

HACT - Abordagem Harmonizada das Transferências de Dinheiro





PNUD no âmbito do Quadro de Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas

São Tomé e Príncipe é uma democracia¹ comparativamente estável que alcançou progressos no desenvolvimento humano, impulsionados por investimentos públicos na saúde e na educação. Com uma população de 219,078 habitantes, a esperança média de vida atingiu 70,4 anos em 2019, enquanto os anos de escolaridade foram em média 12,7. Entre 2010 e 2019, o crescimento económico foi, em média, de 4,17% e o RNB per capita atingiu quase 4.000 dólares americanos em 2019, o que elevou o índice de desenvolvimento humano do país acima da média da África Subsaariana,² tornando o país candidato à graduação para um país de rendimento médio em 2024.

O desenvolvimento socioeconómico tem sido financiado em grande medida através de despesas públicas sustentadas pela ajuda ao desenvolvimento, por empréstimos externos e pelo investimento directo estrangeiro no turismo e nas cadeias de valor conectadas. Uma vez que 97% do investimento público é financiado através da dívida e da ajuda externa,³ São Tomé e Príncipe enfrenta desafios de desenvolvimento persistentes e interligados, característicos dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (PEID). A capacidade de responder aos choques exógenos, às alterações climáticas, às crises globais, políticas e económicas e de equilibrar o orçamento é limitada pela dependência

das importações para satisfazer a procura interna.

A sua dimensão, o afastamento e os elevados custos de produção limitam a diversificação económica e aumentam a vulnerabilidade. Os impactos das alterações climáticas já se tornaram evidentes e afectam os mais vulneráveis, mas falta a capacidade financeira e técnica para atenuar esses impactos e reforçar a resiliência, e a rica biodiversidade do país é posta em risco por uma população em rápido crescimento, projectos agrícolas em grande escala, exploração madeireira ilegal e degradação dos solos.

O sector produtivo está demasiado dependente do óleo de palma, do cacau e do turismo. A agricultura e a agricultura de subsistência representam 70% do emprego rural. O sector privado é pequeno, frágil e composto principalmente por empresas informais, microempresas e um pequeno número de empresas de média dimensão, mas subcapitalizadas, no sector formal. O crescimento não melhorou os meios de subsistência nem reduziu a pobreza, em especial entre as mulheres e os jovens, que estão desproporcionadamente representados no sector informal e em profissões vulneráveis.

¹ Freedom House, (2021), <https://freedomhouse.org/country/sao-tome-and-principe/freedom-world/2021>

² UNDP, HDR, 2022

³ UN STP (2022), Common Country Analysis (CCA)



O coeficiente de GINI aumentou de 32,1 em 2000 para 40,7 em 2017 e indica que a desigualdade é um grande desafio.⁴ A pobreza continua elevada, tendo diminuído marginalmente de 68,4% para 66,7% entre 2010 e 2017, enquanto a pobreza extrema é de 47%.⁵

A pandemia de COVID-19 agravou a situação e evidenciou as fragilidades dos sistemas de saúde. A produção e a gestão deficientes de dados de saúde têm impacto no planeamento, na gestão dos recursos e nos cuidados aos doentes. As famílias empobrecidas, em especial nas zonas rurais, têm resultados de saúde desproporcionadamente piores. A protecção social não dispõe de recursos suficientes e cobre menos de metade do número total de pessoas pobres e vulneráveis.⁶ O Índice de Desenvolvimento de Género (IDG) de 2019 coloca São Tomé e Príncipe acima da média subsariana, mas persistem desafios em matéria de igualdade de género, nomeadamente no acesso ao mercado de trabalho, nos rendimentos e na participação política das mulheres. Além disso, a Revisão Nacional Voluntária destacou o problema persistente do abuso sexual de menores, as elevadas taxas de violência baseada no género (violência) e o casamento infantil antes dos 15 anos de idade.

A visão estratégica para superar estes desafios está definida na Agenda 2030 para a Transformação nacional, que

define um caminho para o desenvolvimento económico e social sustentável alinhado com a Agenda 2030 e a Agenda 2063 da União Africana. o entanto, é necessário reforçar as capacidades institucionais, técnicas e financeiras das instituições governamentais para formular políticas e planos baseados em dados concretos, coordenar a execução e monitorizar o desempenho de forma participativa e transparente. Objectivos concretos definidos no Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável 2020-2024, não foram plenamente adoptados nem adequadamente financiados. Em 2021, o governo aprovou o seu Plano Nacional de Resiliência Socioeconómica e Mitigação contra a COVID-19 (PNARME), que aborda os desafios socioeconómicos resultantes da pandemia com vista a acelerar os progressos no sentido da realização dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A Avaliação Independente do Programa Nacional (ICPE)⁷ para 2017-2021 concluiu que a leitura astuta do PNUD do contexto nacional resultou em resultados do documento do programa nacional (CPD) que estão altamente alinhados com as prioridades de desenvolvimento nacional, planos sectoriais e os ODS. Os parceiros de desenvolvimento consideram que o PNUD é um parceiro relevante, fiável e

⁴ World Bank (2022) World Development Indicators

⁵ INE (2017), Household Survey

⁶ World Bank, (2021), STP, Systematic Country Diagnostic, Washington, DC.

⁷ Independent Evaluation of the UNDP Country Programme Document for STP, 2017-2022, September 2022



valioso que produz resultados sustentáveis, especialmente em relação ao reforço das capacidades institucionais e ao aconselhamento legislativo e político a montante. Um aspecto central do valor acrescentado do PNUD é o seu acesso a conhecimentos técnicos especializados e a sua capacidade de mobilizar recursos. Partindo de um orçamento indicativo de 14,2 milhões de dólares americanos em 2016, o PNUD mobilizou e executou mais de 38 milhões de dólares americanos até 2022 e é considerado um parceiro fundamental para ajudar o país a enfrentar os desafios da pandemia da COVID-19, reprogramando com sucesso um milhão de dólares e mobilizando um montante equivalente entre 2020 e 2022.

O PNUD mobilizou fundos da União Europeia e do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) para apoiar projectos no sector da justiça e das energias renováveis, estes últimos baseados em estudos de viabilidade do PNUD. Uma iniciativa de centro de dados, apoiada pelo PNUD, incentivou o Banco Mundial a explorar o financiamento de um projecto de interoperabilidade digital. Uma iniciativa de empreendedorismo social do PNUD transformou-se num fundo de desafio que apoia soluções de desenvolvimento inovadoras, baseadas nas comunidades e nos SIDS, rentáveis e sustentáveis, incluindo alternativas promissoras ao modelo do Laboratório Acelerador.

As principais lições identificadas no ICPE serviram de base à concepção do programa, nomeadamente a necessidade

de: (i) consolidar consultas aprofundadas com o governo e o desenvolvimento para aumentar a relevância e a sustentabilidade do programa; (ii) criar uma unidade de acompanhamento e avaliação para reforçar a informação, a gestão dos conhecimentos e a aprendizagem adaptativa; (iii) melhorar a recolha de dados, em especial no que se refere aos principais indicadores socioeconómicos e ambientais; (iv) intensificar a participação sistemática do sector privado nos projectos e programas e (v) reforçar as actividades de cooperação Sul-Sul e triangular.

Quadro de Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (UNSDCF) para 2023-2027 encontra-se alinhado com as cinco prioridades nacionais de desenvolvimento do PNARME e atribui ao PNUD um papel estratégico de liderança em todos os quatro resultados. A experiência e as vantagens comparativas do PNUD enquanto organizador, integrador, líder de opinião e inovador em matéria de direitos humanos, governação, Estado de direito, alterações climáticas, redução dos riscos de catástrofe e recuperação, bem como de emancipação das mulheres e dos jovens, permitem dar contributos significativos para todos os domínios prioritários estratégicos do UNSDCF. A capacidade de aumentar os esforços de reconstrução e recuperação demonstra agilidade organizacional e capacidade para integrar uma programação sustentável no âmbito da tripla relação entre ajuda humanitária, desenvolvimento



e paz, apoiando a melhoria dos serviços básicos, a recuperação e diversificação económica e o reforço da coesão social.

Tirando partido das redes mundiais, o PNUD contribuirá para o UNSDCF através da expansão das melhores práticas, da aceleração do apoio às reformas jurídicas e políticas e do desenvolvimento de soluções digitais para melhorar a prestação de serviços e reforçar a tomada de decisões com base em factos comprovados. O apoio a longo prazo à reforma da governação e da justiça significa que o PNUD pode contribuir significativamente para aumentar a transparência e a responsabilização, reforçar os sistemas de gestão da governação e expandir o espaço cívico para capacitar as mulheres e os jovens. Enquanto membro da rede mundial e regional dos PEID, o PNUD aproveitará as oportunidades de cooperação Sul-Sul e triangular em todos os domínios prioritários para reproduzir soluções de desenvolvimento sustentável e promover a aprendizagem adaptativa.





Prioridades e parcerias do programa

O desenvolvimento do programa teve início em Julho de 2022, com debates que envolveram representantes do governo, parceiros de desenvolvimento internacionais e locais, organizações da sociedade civil, o sector privado e académicos, a fim de criar um consenso em torno de desafios, prioridades e estratégias de desenvolvimento prementes. Quatro áreas estratégicas prioritárias foram objecto de discussões aprofundadas através de uma série de workshops temáticos em Agosto de 2022 para identificar grupos-alvo e desenvolver resultados e actividades indicativas. Todas foram posteriormente validadas num seminário nacional das partes interessadas.

O programa está alinhado com a Oferta Estratégica para África do Gabinete Regional para África (RBA), o Caminho de SAMOA e o Quadro de Sendai. As intervenções planeadas estão ancoradas numa abordagem "6x3" que contribui para todas as seis soluções de assinatura do Plano Estratégico do PNUD para 2022-2025 e está alinhada com três cenários de desenvolvimento: 1) erradicar a pobreza em todas as suas formas e dimensões, 2) acelerar as transformações estruturais para o desenvolvimento sustentável e 3) reforçar a resistência aos choques e às crises. Além disso, o programa é estruturado pela Estratégia do PNUD para a Igualdade de Género (2022-25), a fim de garantir que as mulheres ocupem um lugar central no processo de transformação.

A teoria da mudança do CPD baseia-se no objetivo do UNSDCF de alcançar uma mudança sustentável, resiliente e transformadora.

Sublinha as vantagens comparativas do PNUD e a sua experiência no terreno, que lhe permitem dar contribuições integradas, multidimensionais e específicas para o UNSDCF. A nova proposta de valor do PNUD contribuirá para a aspiração nacional de transição para um país moderno, estável e democrático, capaz de oferecer serviços de qualidade a nível regional e mundial. A teoria da mudança sugere que se o PNUD capacitar as pessoas, especialmente as mais vulneráveis, para acederem e utilizarem serviços sociais equitativos e de qualidade; se as instituições tiverem capacidade para conceber e implementar políticas e estratégias baseadas em dados concretos e para tirar partido da tecnologia digital e das inovações para criar empregos dignos, promover a gestão sustentável da biodiversidade e a economia verde e azul, reduzir a vulnerabilidade climática e defender a justiça e o Estado de direito; e SE as pessoas, a diáspora e a sociedade civil se tornarem mais resilientes, estiverem mais bem conectadas às redes de informação e conhecimento e se envolverem mais no desenvolvimento socioeconómico; e a mobilização de recursos for reforçada num quadro de financiamento sustentável para o desenvolvimento e, em particular, para a transição energética; ENTÃO as pessoas viverão decentemente numa sociedade santomense estável e democrática, com uma governação inclusiva, instituições transparentes e responsáveis e uma economia verde e azul vibrante que crie empregos decentes.



Com base nas vantagens comparativas, nos ensinamentos e nas recomendações do ICPE, e no contexto da iniciativa "reconstruir melhor" e da aceleração da realização dos ODS, o programa representa uma mudança estratégica de enfoque ao adoptar as seguintes prioridades: Reforçar as capacidades de resiliência e recuperação; gerir de forma sustentável a biodiversidade e promover o crescimento azul/verde sustentável; apoiar ⁶ a diversificação económica e reforçar as competências, a empregabilidade e o empreendedorismo das mulheres e dos jovens; apoiar a inovação e a digitalização para melhorar a prestação de serviços básicos, em especial nos sectores sociais para os grupos mais pobres e vulneráveis, e melhorar a participação cívica, a transparência e a responsabilização na governação. As parcerias com o Banco Mundial, a União Europeia e o BAD reforçam a tónica na relação economia-ambiente-alterações climáticas para abordar os domínios prioritários do UNSDCF. A mobilização do investimento do sector privado será fundamental para acelerar o financiamento dos ODS e para aumentar a partilha dos custos públicos, tirando partido das lições positivas das reformas dos sectores da saúde e da justiça.

Dado o seu mandato único, o PNUD considera que as quatro áreas prioritárias do UNSDCF estão inter-relacionadas, especialmente as que se referem ao crescimento económico, à biodiversidade, às alterações climáticas e à responsabilidade e transparência institucionais.

O programa adopta uma abordagem holística, tirando partido do seu papel de integrador, das suas vantagens comparativas e dos seus resultados comprovados, para dar contributos mais fortes e mais coerentes para as prioridades nacionais. O programa visa as mulheres pobres e extremamente pobres, social e economicamente vulneráveis, os jovens desempregados e os que não têm educação ou formação, os idosos que vivem na pobreza e as crianças e jovens que vivem com deficiências, e irá envolvê-los nos processos de planeamento, monitorização, avaliação, gestão do conhecimento e aprendizagem, ajudando-os a encontrar soluções de desenvolvimento sustentável. A criação de sinergias interprogramas com o UNSDCF e outros parceiros do sistema de desenvolvimento das Nações Unidas (UNDS) assegurará uma abordagem baseada nos direitos humanos que dê ênfase aos princípios de "não deixar ninguém para trás", a fim de garantir que a transformação económica, social e ambiental seja inclusiva para todos os grupos vulneráveis, especialmente os jovens, as mulheres e as comunidades marginalizadas.

Para sustentar o impacto, a estratégia do programa consiste em prestar aconselhamento técnico de alta qualidade a montante, a fim de reforçar as capacidades nacionais em matéria de políticas e estratégias baseadas em dados concretos para a recuperação pós-pandémica, centradas no reforço da resiliência e da sustentabilidade e que cheguem primeiro aos mais desfavorecidos, envolvendo



simultaneamente as organizações da sociedade civil (OSC), as organizações comunitárias e do sector privado e as empresas locais no diálogo, na concepção e na execução do programa. O programa tira partido dos conhecimentos e da experiência do sector privado em matéria de serviços de desenvolvimento de empresas e de incubadoras, de empresas em fase de arranque, da transição energética e do apoio ao crescimento azul/verde, com especial destaque para as mulheres e os jovens. As capacidades institucionais, as responsabilidades e a transparência serão reforçadas através da utilização da tecnologia digital e de um maior envolvimento das comunidades, das OSC, do sector privado e do meio académico, bem como da sua participação na monitorização social. Em parceria com o Instituto Nacional para a Igualdade de Género, o PNUD procurará proactivamente pontos de entrada para aumentar a igualdade de género em todas as áreas do programa e na concepção, implementação e monitorização de soluções.

Prioridade 1: Sistemas sociais inclusivos

Adoptando uma abordagem baseada nos direitos humanos, o PNUD dará prioridade ao reforço das capacidades institucionais e humanas para apoiar a prestação e o acompanhamento de serviços de saúde e de protecção social mais equitativos e inclusivos.

Tal inclui a implementação do Sistema Digital de Informação sobre Saúde (DHISII) para o Ministério da Saúde (MS), a fim de melhorar a gestão de dados e de stocks.

Em colaboração com o Fundo Mundial para a Saúde, o PNUD apoiará o Ministério da Saúde na transição do programa do vírus da imunodeficiência humana (VIH)/tuberculose para a estratégia 95-95-95. Juntamente com a Organização Mundial de Saúde (OMS) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o PNUD ajudará a implementar um programa inovador de eliminação da malária baseado na comunidade, que envolve a sensibilização dos líderes comunitários para as técnicas de prevenção da malária.

Uma vez que as doenças não transmissíveis (DNT) são uma prioridade nacional em matéria de saúde, o PNUD utilizará a DHISII para melhorar as consultas médicas, de modo a que estas cumpram as normas do sector. Para o efeito, será necessário construir e reforçar as infra-estruturas de saúde, expandir as capacidades laboratoriais e fornecer equipamento essencial que contribua para uma melhor reconstrução. A assistência técnica para a digitalização completa do sistema de informação sanitária reduzirá a dependência do Ministério da Saúde em relação ao apoio externo. Do mesmo modo, a colaboração com o sector privado na implantação da plataforma de fonte aberta (M-Supply) reforçará a aquisição e a gestão de medicamentos, bem como melhorará o acesso a medicamentos e fornecimentos de qualidade.



A assistência técnica do PNUD reforçará a interoperabilidade do sistema nacional de protecção social, ligando-o ao DHISII, de modo a que os grupos pobres e vulneráveis possam ser orientados de forma mais eficaz e a resiliência do sistema seja aumentada. Tal permitirá um acompanhamento mais eficaz dos programas de protecção social, fornecendo dados desagregados sobre os beneficiários e assegurando que os detentores de direitos, em especial as famílias numerosas, os agregados familiares chefiados por mulheres, as crianças, as mulheres grávidas, os idosos e as pessoas com deficiência, sejam efectivamente visados.

Prioridade 2: Acção climática, gestão dos recursos naturais e energia

As soluções integradas do Fundo Mundial para o Ambiente (GEF), do Fundo Verde para o Clima e do PNUD apoiarão uma gestão equitativa, baseada nos direitos e sustentável dos recursos naturais para a prosperidade dos meios de subsistência, abordando as principais causas da degradação ambiental e sensibilizando para os inconvenientes e benefícios dos serviços ecossistémicos da biodiversidade.

As populações-alvo incluem pessoas pobres e vulneráveis que vivem em zonas-tampão, comunidades agrícolas e piscatórias, com especial incidência nas mulheres, nos jovens e nos operadores de pequenas empresas.

O programa irá: (i) melhorar as capacidades institucionais para recolher, analisar e integrar as alterações climáticas baseadas em dados concretos, a gestão do risco de catástrofes e as políticas de baixo carbono nos programas e orçamentos de desenvolvimento; (ii) reforçar a capacidade das instituições, das pequenas empresas, da sociedade civil e das comunidades para proteger, gerir e financiar a biodiversidade terrestre e marinha, bem como para conceber e aplicar estratégias de adaptação às alterações climáticas, de atenuação e de redução do risco de catástrofes; e (iii) reforçar as capacidades nacionais para gerir a transição energética, reduzindo o risco dos investimentos do sector privado em energias renováveis e aumentando o acesso a energias limpas, em especial para os grupos em risco de ficarem para trás.

Serão utilizadas técnicas de comunicação inovadoras para aumentar a sensibilização e os conhecimentos das comunidades e das empresas em matéria de conservação e gestão da biodiversidade e para facilitar a sua participação activa na execução dos planos de gestão dos parques nacionais. O PNUD e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) reforçarão as capacidades nacionais de adaptação às alterações climáticas, apoiando sistemas de gestão da água resistentes às alterações climáticas em zonas com elevado potencial de produção alimentar e de exportação. A assistência técnica apoiará o Governo no acesso ao financiamento verde para a implementação das contribuições



determinadas a nível nacional, centrando-se na transição energética e na gestão dos resíduos, na gestão sustentável dos solos e das florestas e na identificação de investidores internacionais e locais para o Fundo Fiduciário para a Conservação.

O reforço dos sistemas de dados e de informação - como o sistema de monitorização, comunicação e verificação das alterações climáticas - colmatará as lacunas e melhorará a tomada de decisões com base em dados concretos em matéria de biodiversidade, redução do risco de catástrofes, atenuação e adaptação às alterações climáticas e integração de informações sobre o clima e o risco de catástrofes sensíveis ao género em todos os sectores. Com base no sucesso dos comités comunitários para as alterações climáticas e a redução do risco de catástrofes, o programa apoiará a concepção de soluções digitais e outras soluções inovadoras que envolvam as instituições e comunidades locais, o sector privado, o meio académico e outras partes interessadas relevantes numa melhor gestão, conservação e utilização sustentável da biodiversidade terrestre e marinha.

Prioridade 3: Crescimento verde e azul

Adoptando uma abordagem baseada nos direitos humanos, em conjunto com o Ministério da Juventude, do Desporto e do Empreendedorismo, o PNUD prestará assistência técnica que reforce o

ecossistema empresarial através de serviços de desenvolvimento empresarial que formalizem as empresas detidas por jovens e mulheres e dêem ênfase à inclusão financeira sensível ao género. Os serviços darão prioridade à diversificação económica e alavancarão o envolvimento do sector privado para desenvolver aceleradores da economia azul, verde e circular: Eco-turismo, agronegócio, pesca sustentável, serviços digitais e gestão de resíduos. Em parceria com organizações empresariais e o BAD, o PNUD irá melhorar os ecossistemas empresariais e empreendedores no desenvolvimento de inovações digitais para reforçar os serviços de informação de mercado, de modo a que as empresas locais possam identificar mercados críticos para a diversificação económica e oportunidades de comércio regional, melhorando a cooperação económica Sul-Sul e a integração nacional na Zona de Comércio Livre Continental Africana. A colaboração entre o PNUD e o Ministério do Comércio e da Indústria apoiará as reformas jurídicas e políticas do ambiente propício às empresas e facilitará ainda mais a implementação da Estratégia para a Economia Azul e Verde. A assistência técnica contribuirá para a criação de um quadro jurídico e regulamentar específico para as empresas em fase de arranque e para as micro e pequenas empresas, incentivando os operadores do sector informal a transitarem para o sector formal e, nomeadamente, a criarem empregos dignos e mais seguros, em



especial para as mulheres e os jovens. O apoio prestado ao Programa Youth Connect ajudará os jovens a desenvolver ideias de negócio inovadoras e soluções baseadas na comunidade para acelerar os ODS.

Juntamente com o Ministério da Agricultura, a FAO, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o PAM, o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA), a União Europeia e o BAD, o PNUD irá pilotar abordagens inovadoras e integradas para melhorar a utilização sustentável dos recursos naturais nas cadeias de valor do agronegócio, promovendo práticas agrícolas e pesqueiras sustentáveis e inteligentes em termos climáticos, e o desenvolvimento de cadeias de valor sustentáveis na economia azul e verde. As intervenções reforçarão as competências de gestão empresarial das mulheres no sector do agronegócio e introduzirão soluções inovadoras que aumentem a produtividade e a resiliência e melhorem a qualidade dos produtos, a fim de alcançar uma maior infiltração nos mercados de exportação nacionais e regionais.

Prioridade 4: Instituições transparentes e responsáveis

Alinhado com o Quadro Renovado de Governança e Consolidação da Paz do PNUD para África, 2022-2025, o programa adoptará uma abordagem ampla, baseada em todo o governo e nos direitos humanos, que apoie o desenvolvimento

de políticas a montante e reforce a capacidade das instituições para prestar serviços socioeconómicos, financeiros, ambientais e de justiça eficazes e eficientes a todos os cidadãos. A base das soluções são os princípios fundamentais da responsabilização, transparência, sustentabilidade, inclusão e equidade. A cooperação e a aprendizagem Sul-Sul através do Programa para a Consolidação da Governança Económica e dos Sistemas de Gestão das Finanças Públicas (SGFP) nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, financiado pela União Europeia, apoiará soluções inovadoras e integradas baseadas em sistemas de gestão e nas tecnologias da informação e da comunicação (TIC) para reforçar os controlos internos e externos e as auditorias das contas públicas pelo Parlamento e pelo Tribunal de Contas. O programa testará abordagens inovadoras para o controlo social da gestão das finanças públicas.

Em parceria com a UNICEF, o FNUAP, o Instituto Nacional de Estatística e outros produtores de dados, o programa apoiará a actualização dos sistemas de dados federais, a fim de gerar dados mais desagregados para um desenvolvimento e uma orientação eficazes das políticas. Isto servirá de base às intervenções destinadas a reforçar as capacidades institucionais para uma maior coerência e responsabilização das políticas baseadas em dados concretos, e a reforçar o Sistema Nacional de Planeamento através do alinhamento dos esforços de orçamentação,



planeamento, monitorização e mobilização de recursos, bem como da coordenação da ajuda.

O PNUD apoiará o desenvolvimento de plataformas digitais para a governação electrónica, a fim de melhorar a gestão dos dados, a responsabilização, a transparência e o acesso aos produtos e serviços públicos, em especial para as empresas, as pessoas com deficiência e as populações vulneráveis, marginalizadas e remotas. O apoio à adopção de normas e padrões relacionados com a infraestrutura tecnológica ajudará a garantir a digitalização dos serviços públicos e a protecção dos dados e dos direitos de privacidade. Em parceria com a UNICEF, o FNUAP, a OMS e o BAD, o apoio à transformação digital do sector da justiça e aos serviços de justiça electrónica facilitará uma justiça mais rápida, resistente, sensível às questões de género, baseada nos direitos humanos e inclusiva, aproximando-a das populações rurais e melhorando a educação judicial e os serviços de comunicação. A assistência técnica apoiará a aceleração da transposição para o direito nacional dos tratados internacionais em matéria de direitos humanos .

Em parceria com a Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Género e o Empoderamento das Mulheres (ONU Mulheres), o programa reforçará a governação democrática, apoiando a aplicação da lei sobre a paridade de género e introduzindo a orçamentação com base no género, bem como a adopção de soluções inovadoras baseadas

nas TIC para alargar o espaço cívico, envolvendo assim mais mulheres, jovens e pessoas com deficiência no diálogo político e nos processos de tomada de decisões. O apoio à reforma eleitoral, incluindo uma maior utilização do sistema de registo civil digitalizado e biométrico, reforçará a participação política das mulheres, dos jovens e das pessoas com deficiência e contribuirá para sistemas eleitorais mais transparentes, inclusivos e eficientes.





Gestão do programa e dos riscos

Este documento do programa nacional descreve as contribuições do PNUD para os resultados nacionais e serve como unidade primária de responsabilização perante o Conselho Executivo pelo alinhamento dos resultados e pelos recursos afectados ao programa a nível nacional. As responsabilidades dos gestores a nível nacional, regional e da sede - no que diz respeito aos programas nacionais - estão prescritas nas Políticas e Procedimentos de Programas e Operações e no Quadro de Controlo Interno da organização.

O programa será executado a nível nacional, mas poderá ser substituído por execução directa em caso de força maior. A Abordagem Harmonizada das Transferências de Dinheiro (HACT) será utilizada de forma coordenada com outras agências das Nações Unidas para gerir os riscos financeiros. As definições e classificações de custos para a eficácia do programa e do desenvolvimento serão imputadas aos projectos em causa.

O gabinete nacional operacionalizará as normas de garantia de qualidade do PNUD, a gestão dos riscos sociais e ambientais e mecanismos rigorosos de responsabilização. A política de gestão dos riscos empresariais (ERM) orientará a concepção e a execução de todos os programas e projectos. O comité director do UNSDCF coordenará e orientará a execução dos programas. Os comités de direcção das carteiras de programas temáticos, presididos pelo PNUD, trabalharão com os parceiros de execução para alinhar o quadro de responsabilização da ERM.

A implementação do programa é vulnerável a uma série de riscos na teoria da mudança, tais como riscos naturais e climáticos, impactos da pandemia da COVID-19, crise do custo de vida e choques macroeconómicos e lacunas de dados que poderiam reduzir os recursos do programa nacional e do governo e a capacidade de execução. O PNUD de São Tomé e Príncipe teve um historial positivo na adaptação e resposta flexível durante a pandemia da COVID-19, tendo conseguido transferir recursos, mobilizar fundos adicionais e desenvolver novas formas de trabalhar para obter resultados. Estas práticas serão utilizadas para reforçar as respostas em matéria de gestão dos riscos: Revisões colaborativas e sistemáticas do ambiente operacional e de recursos, ferramentas de monitorização e acompanhamento de programas, sistemas de alerta precoce e avaliações socioeconómicas rápidas. O PNUD colaborará regularmente e de forma pró-activa com o Gabinete do Coordenador Residente, a Equipa das Nações Unidas para o País (UNCT) revigorada e o Governo de São Tomé e Príncipe para avaliar e abordar os riscos actuais e emergentes, a fim de antecipar melhor as mudanças económicas e de desenvolvimento que possam exigir ajustamentos do programa. Para reduzir ainda mais o risco financeiro, e como parte de uma estratégia de sustentabilidade a longo prazo, uma análise financeira interna facilitará o estabelecimento de uma estratégia de mobilização de recursos.



A aplicação de salvaguardas sociais e ambientais empresariais, de mecanismos de responsabilização e de avaliações regulares da qualidade dos projectos do programa, no início e durante a execução, assegurará a identificação dos riscos e efeitos potenciais para a aplicação de um plano de gestão e de atenuação. O PNUD prestará um maior apoio às abordagens destinadas a dar prioridade à gestão política e institucional da biodiversidade, à aprovação de novas áreas marinhas protegidas e ao desenvolvimento de estratégias alternativas de subsistência sustentável para as comunidades rurais que atenuem os riscos. Para abordar as normas socioculturais profundamente enraizadas que representam um risco para o avanço da igualdade entre os sexos, todas as intervenções do programa promoverão práticas que abordem a desigualdade entre os sexos e as normas sociais negativas relacionadas, e pelo menos 15% do orçamento será investido na igualdade entre os sexos e na capacitação das mulheres.

As reduzidas capacidades de execução dos parceiros locais e o número limitado de nacionais qualificados e de empresas de consultoria exigem uma maior participação do PNUD na execução. Esta questão será abordada através de programas de reforço das capacidades dos parceiros de execução que respondam aos riscos identificados nas micro-avaliações. O programa é financiado através de uma sólida reserva de recursos em que mais de 80% são fundos não essenciais.

O gabinete nacional tem um historial positivo de flexibilidade na implementação do programa e na mobilização de recursos. O programa é financiado através de uma sólida reserva de recursos, em que mais de 80% são fundos não essenciais. A delegação nacional tem um historial positivo de flexibilidade na implementação do programa e na mobilização de recursos. Uma parte fundamental do processo de revisão anual será a análise do ecossistema de financiamento e do risco e impacto de quaisquer alterações. Outra abordagem envolve a formação do pessoal da representação no país, em especial no que se refere às instituições financeiras internacionais (IFI), para apoiar a mobilização de recursos e novas formas de trabalho (incluindo a utilização das TIC), a fim de manter a obtenção de resultados, como se verificou durante a pandemia de COVID-19. A redefinição de prioridades, se necessária, respeitará os princípios de "não deixar ninguém para trás" e uma abordagem baseada nos direitos humanos.







Seguimento e Avaliação

O sistema de monitorização do desempenho do PNUD será harmonizado com o UNSDCF de acordo com as normas do Grupo de Avaliação das Nações Unidas (2019). O PNUD participará activamente nos grupos temáticos e de resultados do UNSDCF. As realizações programáticas serão revistas anualmente e os resultados serão revistos semestralmente no plano de avaliação integrado. O programa será objecto de uma avaliação final em 2027.

O PNUD promoverá uma abordagem de monitorização inclusiva e baseada nos direitos, incluindo visitas ao terreno e métodos inovadores de recolha de dados, e produzirá regularmente relatórios baseados nos resultados para acompanhar os progressos e facilitar a aprendizagem, bem como para fazer ajustamentos programáticos eficientes e atempados. Todos os comités de direcção dos projectos envolverão grupos-alvo, beneficiários e outras partes interessadas, incluindo o sector privado, nos exercícios de concepção, acompanhamento e aprendizagem. Os resultados das avaliações participativas serão sistematicamente partilhados para melhorar a aprendizagem adaptativa.

Tal como recomendado na avaliação independente, o acompanhamento e a avaliação serão reforçados através da criação de um cargo específico no gabinete nacional e de um plano de acção de parceria e comunicação orçamentado e baseado nos resultados, que será aplicado para garantir a visibilidade dos resultados. A gestão do programa promoverá a aprendizagem adaptativa para identificar e acelerar a reprodução das melhores práticas e inovações.

As avaliações serão executadas de acordo com um plano de avaliação e com as directrizes de avaliação do PNUD (2021). Para maximizar o impacto e a eficácia das intervenções e forjar uma abordagem sistémica das soluções, será introduzida uma abordagem de carteira para garantir a coerência do programa, evitar abordagens isoladas e integrar a aprendizagem no programa.

O PNUD, em colaboração com outros parceiros das Nações Unidas, reforçará os sistemas nacionais de estatísticas para a recolha e análise de dados. O PNUD reforçará os seus próprios sistemas de dados internos através da introdução de ferramentas inovadoras de recolha e análise de dados com métodos mistos, a fim de se basear nos dados produzidos pelo Info das Nações Unidas, bem como pelos parceiros de desenvolvimento bilaterais e multilaterais e pelos sistemas de dados governamentais. Pelo menos cinco por cento dos recursos do programa serão afectados à melhoria da supervisão e da garantia de qualidade e ao reforço da literacia digital e das capacidades de monitorização e avaliação dos parceiros de execução e do governo. Ao utilizar um marcador de género em todo o programa, o PNUD poderá acompanhar os fundos afectados à promoção da igualdade de género e melhorar o planeamento e a tomada de decisões com base no género. As avaliações ajudarão a identificar potenciais lacunas de dados e o PNUD trabalhará com os parceiros para reforçar as capacidades de investigação, recolha de dados e análise e, se necessário, apoiará a realização de investigações, inquéritos ou estudos de base que se baseiem em ferramentas e metodologias inovadoras.

